

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

220 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 11 a 15 de novembro de 2024

1. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS INDIGITADOS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	3
Inundações em Valência: Eurodeputados debatem prevenção e ajuda da UE	3
Desflorestação: Parlamento vota adiamento da entrada em vigor do Regulamento	4
COP 29: posição do PE	4
Preparação da UE num contexto de incerteza: Parlamento debate relatório Niinistö	5
Parlamento apela à UE para limitar as ações da «frota-fantasma» da Rússia	5
3. PREVISÕES ECONÓMICAS DE OUTONO DA COMISSÃO EUROPEIA	6
4. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - PLANO DE AÇÃO SISTEMAS AUTÓNOMOS	6
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROPOL	8
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros	9
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS INDIGITADOS

Tal como demos nota nas Sínteses anteriores, e no contexto das **audições dos Comissários designados no Parlamento Europeu (PE)**, no dia 12 de novembro foram ouvidos todos os vice-presidentes executivos e a Alta Representante para a Política Externa e de Segurança/Vice-Presidente.

O PE tem disponibilizado uma síntese informativa de cada uma das audições realizadas, que enunciamos de seguida¹ (*para cada audição, clicar no link para o candidato, onde está disponível um pacote informativo que inclui uma nota do think tank do PE sobre a carta de missão de cada Comissário*):

- Audição da **Vice-Presidente Executiva indigitada Henna Virkkunen (PPE)**, candidata finlandesa à pasta da Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia;
- Audição da **Vice-Presidente Executiva indigitada Teresa Ribera Rodríguez (S&D)**, candidata espanhola a Vice-Presidente Executiva da Comissão para a Transição Limpa, Justa e Competitiva;
- Audição da **Vice-Presidente indigitada Roxana Mînzatu (S&D)**, candidata romena a Vice-Presidente para a pasta Pessoas, Competências e Preparação;
- Audição do **Vice-Presidente Executivo indigitado Stéphane Séjourné (Renew)**, candidato francês à pasta da Prosperidade e Estratégia Industrial.;
- Audição da **Alta Representante/Vice-Presidente indigitada Kaja Kallas (Renew)**, candidata estónia a Alta Representante/Vice-Presidente para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança;
- Audição do **Vice-Presidente Executivo indigitado Raffaele Fitto (ECR)**, candidato italiano a Vice-Presidente Executivo da Comissão responsável pela coesão e pelas reformas.

O *Politico* apresenta também uma cobertura detalhada de cada uma das audições, disponível [aqui](#), e uma análise das performances de cada candidato, [aqui](#).

Em termos mais concretos, e no que diz respeito à audição da **Alta Representante/Vice-Presidente indigitada Kaja Kallas (Renew)**, o detalhe está disponível [aqui](#) e salientamos o seguinte².

Na sua [intervenção de abertura](#), Kallas comprometeu-se a trabalhar no sentido de reforçar a posição da UE no mundo e de salvaguardar a sua segurança geopolítica e económica, apelando também a um maior investimento na defesa e sublinhando a importância da cooperação com os parceiros internacionais. Kaja Kallas delineou várias prioridades e abordagens estratégicas:

- **Resposta à Agressão Russa:** Kallas enfatizou a necessidade de uma posição firme contra o "*sonho imperialista*" da Rússia, destacando a importância de manter a unidade europeia e reforçar o apoio à Ucrânia.
- **Relações com a China:** Expressou preocupações sobre a "*concorrência desleal*" da China, sugerindo uma abordagem equilibrada que proteja os interesses europeus sem comprometer os princípios fundamentais da União.
- **Fortalecimento da Defesa Europeia:** Defendeu o desenvolvimento de capacidades de defesa europeias mais robustas, promovendo uma maior autonomia estratégica da União Europeia em questões de segurança.
- **Relações Transatlânticas:** Reafirmou o compromisso com a parceria transatlântica, reconhecendo a importância da cooperação com os Estados Unidos para enfrentar desafios globais.

¹ Fonte: Serviço de imprensa do PE.

² Fonte: idem.

- **Envolvimento Global:** Kallas destacou a necessidade de a União Europeia reforçar a sua presença e influência em regiões como o Médio Oriente, África e Ásia, abordando questões como a instabilidade no Sahel e o conflito israelo-palestiniano

Em termos mais concretos, referiu os seguintes aspetos.

- **Ajuda à Ucrânia e resultados do alargamento nos próximos cinco anos**

Kallas alertou para o facto de a Rússia, o Irão, a Coreia do Norte e, mais secretamente, a China quererem alterar a ordem mundial baseada em regras. A UE tem de responder a esta ameaça com os seus aliados e parceiros mais próximos, *“sem perder um milímetro do que somos”*. A vitória da Ucrânia é uma prioridade para a União Europeia, que tem de prestar toda a ajuda militar, financeira e humanitária necessária. Kallas defendeu a adesão da Ucrânia à UE e sublinhou que o alargamento aos países vizinhos é um investimento geoestratégico que é do interesse da própria UE: *“Nos próximos cinco anos, precisamos de resultados claros neste domínio”*.

Relativamente à migração, Kallas afirmou que, para proteger a liberdade de circulação, a UE deve proteger as suas fronteiras externas. Tem de evitar a perda de vidas, ao mesmo tempo que aborda as causas profundas da migração da melhor forma possível. Sobre a China, afirmou que o país é cada vez mais um concorrente e um rival sistémico, salientando que *“a nossa dependência em relação à China em sectores-chave é uma verdadeira vulnerabilidade. Temos de reduzir o risco”*.

No que se refere à política de defesa, Kallas alertou para o facto de a Rússia, a Coreia do Norte e o Irão produzirem mais equipamento e munições do que a comunidade euro-atlântica. A Europa precisa de investir mais na defesa e assumir mais responsabilidades, afirmou, sublinhando que a parceria transatlântica trouxe prosperidade e segurança a ambos os lados do Atlântico. Tal como acontece com todas as relações, devemos basear-nos no que funciona melhor para ambas as partes, acrescentou.

- **Nova administração dos EUA, defesa e sanções**

Os Deputados questionaram a VP indigitada Kallas sobre a forma como irá dialogar com a próxima administração dos EUA para garantir a continuação do apoio à Ucrânia. A resposta foi que, se for confirmada, irá procurar estabelecer contactos com a nova liderança americana, porque *“o que vejo globalmente é que somos os aliados mais fortes e temos de continuar a manter-nos unidos”*. Os EUA não podem dar-se ao luxo de se concentrarem exclusivamente na China, em detrimento da Ucrânia, e a China também tem de *“sentir os custos”* do seu apoio à guerra de agressão russa.

O aumento das capacidades de defesa da Europa funcionaria como um forte fator de dissuasão: *“Diria à Rússia que nem sequer pense nisso, porque nós vamos ripostar”*.

Os Deputados questionaram também a política de sanções da UE e a complementaridade da UE com a NATO. Kallas foi firme na sua convicção de que a UE não necessita de poderes militares separados da NATO, afirmando que o **papel da UE é o de impulsionar a indústria de defesa e produzir munições, sendo a NATO a principal organização militar**.

No final da audição, o Presidente da comissão parlamentar de assuntos externos do PE, [David McAllister](#), fez declarações à imprensa, disponíveis [aqui](#).

Recordamos que o *think tank* do PE disponibilizou [aqui](#) um **conjunto de notas informativas com uma breve biografia de cada candidato**, bem como uma panorâmica da pasta e das principais questões e desenvolvimentos recentes no domínio político em causa.

No seguimento destas audições, cabe agora às Comissões parlamentares e aos grupos políticos determinar se os candidatos recolhem os ⅔ dos votos necessários. No contexto das negociações entre as famílias políticas que decorrem atualmente, apenas deverá ser conhecida mais informação sobre estas audições dos Vice-Presidentes Executivos no dia **20 de novembro**. Recorde-se que, no que diz respeito à primeira ronda de audições, apenas **Olivér Várhelyi, candidato húngaro, não obteve a validação inicial de ⅔ da Comissão parlamentar responsável**, tendo sido solicitado que respondesse a uma segunda ronda de perguntas escritas (detalhe do *Político* [aqui](#)).

A votação pelo PE do colégio completo de comissários (por maioria dos votos expressos, por votação nominal) está prevista para a **sessão plenária de 25-28 de novembro**, em Estrasburgo, estando provisoriamente agendada para o **dia 27**.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU³

Teve lugar, nos dias 13 e 14 de novembro, em Bruxelas, uma [mini-sessão plenária](#) do Parlamento Europeu. Face à agenda inicialmente prevista, as declarações do Conselho Europeu e da Comissão sobre as [conclusões das reuniões do Conselho Europeu de outubro e novembro de 2024](#) foram retiradas da ordem do dia, devido à ausência do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. As declarações do Conselho Europeu e da Comissão sobre as relações UE-EUA à luz do resultado das eleições presidenciais nos EUA foram transformadas numa [declaração da Comissão](#).

Inundações em Valência: Eurodeputados debatem prevenção e ajuda da UE

Na sequência das inundações em Espanha que vitimaram pelo menos 223 pessoas, os grupos políticos concordaram organizar um debate sobre a forma de melhorar a resposta a situações de crise e a preparação das regiões da UE para estes acontecimentos, cuja intensidade e frequência crescentes são atribuídas às alterações climáticas.

Após um minuto de silêncio em memória das vítimas das inundações na Espanha, o comissário europeu para Gestão de Crises, Janez Lenarčič, afirmou que *"Observamos na Europa um aumento drástico de eventos climáticos devastadores [...] O que acontecia estatisticamente uma vez por geração agora ocorre de forma regular"*. Após uma troca de impressões sobre a preparação para catástrofes, teve lugar a um debate político sobre a responsabilidade na gestão dessa crise. Assim, os grupos PPE, Patriotas pela Europa e ECR referiram as responsabilidades do governo socialista espanhol, em particular Teresa Ribera, atual ministra da Transição Ecológica e comissária europeia designada para a Transição Limpa, Justa e Competitiva da UE. O deputado Esteban González Pons (PPE, espanhol) chegou a pedir que a Espanha nomeasse um novo comissário europeu.

Em resposta, os grupos S&D, Renew, Verdes/ALE e A Esquerda lamentaram a "instrumentalização" das inundações e a presidente do S&D, Iratxe García Pérez, responsabilizou o presidente da região de Valência, Carlos Mazón (PPE), pela gestão das inundações. Além disso, esses quatro grupos enfatizaram a importância de abordar as causas das mudanças climáticas para evitar catástrofes naturais desse tipo.

Vários parlamentares defenderam mecanismos de solidariedade mais rápidos e eficazes em nível europeu. Após listar os mecanismos acionados pela Espanha e pela UE nos últimos dias, Janez Lenarčič mencionou outras possibilidades de ajuda à Espanha: *"Se a situação exigir, e se a Espanha solicitar, podemos também mobilizar*

³ Fonte: Serviço de imprensa do PE.

geradores, abrigos e outros produtos essenciais a partir da reserva estratégica da UE. Além da ajuda de emergência, e pensando a médio prazo, a Espanha pode solicitar auxílio para reconstrução através do Fundo Europeu de Solidariedade e da Facilidade para a Recuperação e Resiliência”.

Desflorestação: Parlamento vota adiamento da entrada em vigor do Regulamento

O [Regulamento Desflorestação](#), adotado pelo Parlamento em 19 de abril de 2023, visa combater as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e evitar a destruição de florestas relacionada com o consumo na UE de produtos provenientes do gado bovino, cacau, café, óleo de palma, soja, madeira, borracha, carvão vegetal e papel impresso. Em vigor desde 29 de junho de 2023, as suas disposições deveriam ser aplicadas pelas empresas a partir de 30 de dezembro de 2024.

Em resposta às preocupações manifestadas tanto por Estados-membros da UE, como por países de fora da UE, por comerciantes e por operadores de que não seriam capazes de cumprir plenamente as suas obrigações a partir do final de 2024, a [Comissão Europeia propôs adiar por um ano a data de aplicação do regulamento relativo à desflorestação](#). Esta quinta-feira, o **PE aprovou este adiamento** com 371 votos a favor, 240 votos contra e 30 abstenções.

Os grandes operadores e comerciantes teriam de respeitar as obrigações decorrentes do presente regulamento a partir de 30 de dezembro de 2025, enquanto as micro e pequenas empresas teriam até 30 de junho de 2026. Com este período adicional, pretende-se ajudar os operadores de todo o mundo a aplicarem as regras, sem comprometer os objetivos da lei.

O Parlamento aprovou igualmente outras alterações propostas pelos grupos políticos, incluindo a criação de uma nova categoria de países «sem risco» de desflorestação, para além das três categorias existentes de risco: «baixo», «padrão» e «elevado». Os países classificados como «sem risco», definidos como países com um desenvolvimento estável ou crescente das zonas florestais, enfrentariam requisitos significativamente menos rigorosos, uma vez que existe um risco reduzido ou inexistente de desflorestação. A Comissão Europeia terá de finalizar um sistema de avaliação comparativa por país até 30 de junho de 2025.

COP 29: posição do PE

O PE adotou as suas propostas para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29). A resolução, [elaborada](#) pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, foi aprovada por 429 votos a favor, 183 votos contra e 24 abstenções, e apela a todos os países para que cheguem a acordo sobre um **novo objetivo coletivo pós-2025 para o financiamento da luta contra as alterações climáticas**. Este novo objetivo deve ser socialmente justo, alinhado com o princípio do poluidor-pagador, e proveniente de diversas fontes de financiamento público, privado e inovadoras.

O PE quer que [todas as principais economias emergentes com elevadas emissões e um PIB elevado contribuam financeiramente para a ação climática a nível mundial](#). Apela à UE a intensificar a sua diplomacia ecológica, para ajudar a criar condições de concorrência equitativas a nível internacional, evitar a fuga de carbono e aumentar o apoio público à ação climática. A UE deve incentivar e apoiar outros países a introduzirem ou melhorarem os mecanismos de fixação dos preços do carbono, como o [sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa e o mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço](#).

A **COP29** deverá enviar um «sinal inequívoco» de continuidade ao [compromisso da COP28 para abandonar os combustíveis fósseis](#), defendem os eurodeputados. Este sinal passa pela eliminação progressiva de todos os subsídios diretos e indiretos aos combustíveis fósseis o mais rapidamente possível e a reafecção destes recursos à ação climática.

Preparação da UE num contexto de incerteza: Parlamento debate relatório Niinistö

Tal como demos nota na Síntese anterior, Sauli Niinistö – antigo presidente da República da Finlândia e conselheiro especial da presidente da Comissão Europeia – foi incumbido pela presidente Ursula von der Leyen, juntamente com o alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), de elaborar um relatório com recomendações sobre a forma de reforçar a preparação e a prontidão civil e militar da UE para futuras crises. Esta semana, o PE organizou um debate com Sauli Niinistö sobre esta matéria.

No relatório «[Reforçar a preparação e a prontidão civil e militar da Europa](#)», o antigo presidente finlandês recomenda que a UE adote uma abordagem mais proativa em matéria de preparação e segurança global, em vez de se limitar a reagir a acontecimentos de choque, num contexto de maior propensão a crises e menor previsibilidade. As recomendações do relatório incluem: *melhores análises de risco; comunicar as ameaças ao grande público, sem causar pânico, para que os cidadãos possam preparar-se proativamente; assegurar que setores essenciais da sociedade continuem a funcionar mesmo em circunstâncias difíceis; tomada rápida de decisões; reforçar a coordenação civil-militar e o planeamento conjunto*. Também o reforço da cooperação para troca de informações, de modo a aumentar a resiliência contra as ameaças híbridas, está entre as sugestões de Sauli Niinistö. Para alcançar estes objetivos será necessário aumentar o investimento conjunto.

As recomendações do relatório contribuirão para o programa da próxima Comissão Europeia, uma vez eleita, nomeadamente através da futura [Estratégia da União da Preparação](#) e do [Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia](#).

O antigo Presidente finlandês Sauli Niinistö declarou que “*Reforçar a defesa da Europa é uma tarefa urgente e monumental*”, e que, após anos de subinvestimento, “*precisamos agora de alargar a nossa base de capacidade industrial para desenvolver capacidades militares de ponta e produzir em massa meios militares como munições de artilharia e drones eficazes*”. A Presidente do PE, Roberta Metsola, falou das novas realidades que a UE enfrenta (guerras, catástrofes naturais). Por conseguinte, é mais importante do que nunca que a União Europeia esteja preparada para este futuro mais incerto: “*Temos de trabalhar em conjunto, para além das fronteiras e dos sectores, para antecipar, prevenir, resistir e responder às principais ameaças*”, acrescentou Metsola.

Parlamento apela à UE para limitar as ações da «frota-fantasma» da Rússia

O PE aprovou, esta semana, uma [resolução](#) em que exige sanções mais específicas da UE contra a chamada «frota-fantasma» russa: a Rússia utiliza petroleiros antigos, muitas vezes sem o seguro normal do setor e com propriedade pouco clara (devido às frequentes alterações do nome e o registo do pavilhão), para exportar petróleo bruto e produtos petrolíferos para o estrangeiro, apesar das sanções da UE, do G7 e internacionais. No âmbito dos esforços sistemáticos para contornar as sanções da UE, a «frota-fantasma» constitui uma importante fonte de financiamento para a Rússia prosseguir a sua guerra de agressão contra a Ucrânia.

O PE solicita que sejam incluídas medidas específicas visando estes navios nos próximos pacotes de sanções da UE contra a Rússia, incluindo todos os navios individuais, bem como os seus proprietários, operadores, gestores, contas, bancos e companhias de seguros. Além disso, os Estados-membros devem designar portos capazes de lidar com navios sancionados, que transportem petróleo bruto e gás natural liquefeito (GNL) e a apreenderem carga ilegal sem direito a indemnização.

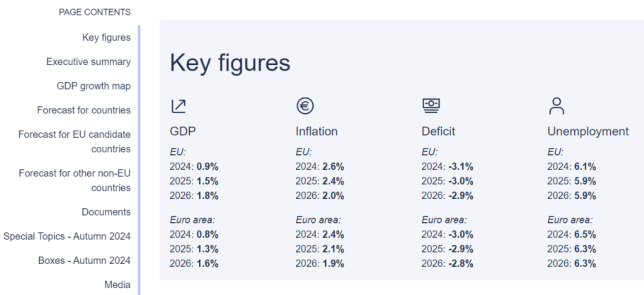
Na resolução é pedido ainda aos países do G7 que apliquem melhor o limite máximo de preços imposto ao petróleo russo transportado por via marítima, diminuam substancialmente o limite máximo do preço do petróleo e colmatem as lacunas de que a Rússia se serve para esconder a origem e vender o seu petróleo e produtos petrolíferos a preços de mercado.

3. PREVISÕES ECONÓMICAS DE OUTONO DA COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia publicou esta semana a sua previsão económica de outono, disponível [aqui](#), e que refere que “Após um período prolongado de estagnação, a economia da UE está a regressar a um crescimento modesto, ao mesmo tempo que prossegue o processo de desinflação. As previsões de outono da Comissão Europeia apontam para um crescimento do PIB em **2024 de 0,9% na UE e 0,8% na área do euro**. Prevê-se que a atividade económica acelere para 1,5% na UE e 1,3% na área do euro em 2025, e para 1,8% na UE e 1,6% na área do euro em 2026.” Acrescenta-se que “a inflação global na área do euro deverá diminuir para mais de metade em 2024, passando de 5,4% em 2023 para 2,4%, antes de abrandar mais gradualmente para 2,1% em 2025 e 1,9% em 2026. Na UE, projecta-se que o processo de desinflação seja ainda mais acentuado em 2024, com a inflação global a cair para 2,6%, de 6,4% em 2023, e a continuar a abrandar para 2,4% em 2025 e 2,0% em 2026.”

A previsão relativa a Portugal está disponível [aqui](#) e sintetizada no quadro seguinte.

Autumn 2024 Economic Forecast: A gradual rebound in an adverse environment



Economic forecast for Portugal

The latest macroeconomic forecast for Portugal.

Economic growth in Portugal is set to gradually pick up over the forecast horizon, supported by private consumption and investment. Headline inflation is projected to continue easing amid moderating employment growth and a marginal drop in unemployment. Portugal's general government surplus is forecast to decrease, with increasing pressures on current expenditure alongside balance-deteriorating revenue fiscal policy measures.

Indicators	2024	2025	2026
GDP growth (% yoy)	1,7	1,9	2,1
Inflation (% yoy)	2,6	2,1	1,9
Unemployment (%)	6,4	6,3	6,2
General government balance (% of GDP)	0,6	0,4	0,3
Gross public debt (% of GDP)	95,7	92,9	90,5
Current account balance (% of GDP)	0,9	0,6	0,4

4. AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA - PLANO DE AÇÃO SISTEMAS AUTÓNOMOS

Reconhecendo a importância crescente e o valor acrescentado dos sistemas militares autónomos, os Estados-Membros encarregaram a [Agência Europeia de Defesa](#) de desenvolver um [Plano de Ação abrangente para os Sistemas Autónomos \(APAS\)](#), a fim de acelerar o desenvolvimento de sistemas autónomos altamente eficazes, eficientes e fiáveis para operações terrestres, aéreas, marítimas e entre domínios.

Este plano, disponível [aqui](#), enfatiza o impacto transformador destas tecnologias em operações militares e considera que, no cenário internacional atual, marcado por rápidas evoluções tecnológicas e desafios de segurança, a Europa e seus Estados-Membros devem manter uma vantagem tecnológica para fortalecer suas capacidades de defesa. Destaca-se que os avanços em áreas como inteligência artificial, robótica, redes de sistemas interconectados, microeletrónica e interfaces homem-máquina estão a capacitar o desenvolvimento de sistemas autónomos altamente eficazes e confiáveis, que oferecem significativas vantagens militares, como a redução de riscos para o pessoal, a aceleração de processos de tomada de decisão em operações críticas, e o aumento da precisão e eficiência em ambientes complexos e potencialmente perigosos.

O APAS, aprovado em janeiro de 2024, responde à necessidade de uma estratégia coordenada para o desenvolvimento de sistemas autónomos de defesa, alinhando-se às prioridades de capacidades da União Europeia e promovendo a complementaridade com programas e iniciativas da UE, como a Agência Europeia de Defesa e a Comissão Europeia. Este plano representa um esforço colaborativo para acelerar a implementação de tecnologias autónomas, otimizando os investimentos e integrando inovações civis e de defesa, com o objetivo de

consolidar a autonomia estratégica europeia e a prontidão militar em cenários contemporâneos de conflito e segurança. Em síntese, destacamos o seguinte:

1. Contexto e Relevância do APAS: o desenvolvimento de sistemas autónomos (AS) é uma prioridade estratégica para a defesa europeia, dado o potencial de aprimorar capacidades em áreas como vigilância, resgate, logística e combate em ambientes hostis. Estes sistemas reduzem riscos para o pessoal, melhoram a eficiência operacional e ajudam a superar limitações de recursos, como a redução de pessoal militar especializado.

2. Ecossistema do APAS: promove um ecossistema colaborativo entre Estados-Membros, indústrias de defesa, instituições de pesquisa, a EDA e a Comissão Europeia, integrando inovações do setor civil e da defesa para desenvolver AS interoperáveis e éticos. A cooperação com programas como o EDF e a coordenação com iniciativas da NATO visam acelerar a transição das tecnologias de pesquisa para capacidades operacionais.

3. Desafios Tecnológicos e Linhas de Ação: os AS devem ser capazes de operar de forma autónoma em ambientes complexos e responder a ameaças diversificadas. Tecnologias como a IA, sensores avançados, e sistemas de mobilidade são cruciais para capacidades como navegação e tomada de decisão em tempo real.

As Linhas de Ação Tecnológicas são divididas em três categorias – descoberta tecnológica, desenvolvimento até o TRL 6⁴ ([Technology Readiness Level](#)) e integração avançada. O objetivo é garantir uma evolução constante dos AS desde a pesquisa inicial até a maturidade operacional.

4. Normalização, Teste e Certificação:

- *Normalização:* a criação de padrões comuns para AS é vital para a interoperabilidade e eficiência, minimizando custos e melhorando a coordenação entre diferentes plataformas e Estados-Membros.
- *Teste e Avaliação (T&E):* Processos de teste e verificação são ajustados para AS com IA e autonomia elevada. Estes sistemas requerem novas infraestruturas de teste e metodologias que suportem cenários dinâmicos e complexos.
- *Certificação:* A certificação de AS enfrenta desafios devido à natureza adaptativa e complexa destes sistemas. É essencial desenvolver frameworks de certificação ágeis e padronizados para garantir a segurança e confiabilidade.

5. Regulação e Taxonomia:

- *Regulação:* Com a rápida evolução das tecnologias autónomas, é necessário harmonizar regulamentos a nível da UE para AS, promovendo uma abordagem comum entre os Estados-Membros.
- *Taxonomia:* O desenvolvimento de uma taxonomia uniforme facilita a padronização e regulação dos AS, garantindo uma compreensão comum de níveis de autonomia e áreas de aplicação. Será elaborado, em breve, um estudo dedicado a esta matéria, visando propor uma taxonomia de AS ao nível da UE.

6. Plataforma Europeia de Sistemas Autónomos (EUPAS): a criação da EUPAS propõe uma infraestrutura cooperativa onde os Estados-Membros possam desenvolver, testar e validar AS usando padrões comuns, promovendo a interoperabilidade e o uso otimizado de recursos.

7. Interação com Stakeholders e Grupo de Trabalho:

- **Comunidade de Interesse em Sistemas Autónomos (ASCI):** Visa a colaboração entre especialistas de várias áreas para acelerar o desenvolvimento dos AS, com acesso a recursos e eventos da EDA.

⁴ Technology readiness level 6: Technology system / sub-system model or prototype demonstration in a relevant environment.

- **Grupo de Trabalho Ad Hoc para Sistemas Autónomos (AHWG AS):** Responsável pela coordenação e monitorização das atividades do APAS, assegurando que o desenvolvimento dos AS esteja alinhado com as prioridades e valores da UE.

Neste âmbito, a Agência Europeia de Defesa (EDA) organizou a [1ª Conferência da Comunidade de Interesse em Sistemas Autónomos \(ASCI\)](#), nos dias 13 e 14 de novembro de 2024, no Royal Higher Institute for Defence (RHID) em Bruxelas, Bélgica. O evento reuniu aproximadamente 300 participantes, incluindo especialistas governamentais e não governamentais, decisores, planeadores, militares e técnicos, com o objetivo de promover a cooperação e a troca de experiências no desenvolvimento de sistemas autónomos para operações terrestres, aéreas, marítimas e multidomínio.

A conferência abordou temas como os **desafios tecnológicos e não tecnológicos, lições aprendidas com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, tendências emergentes, fatores críticos e novas oportunidades** no campo dos AS. Foram realizadas sessões sobre a visão operacional dos sistemas autónomos, desafios tecnológicos, reflexões sobre a utilização de AS no conflito ucraniano, taxonomia, normas e regulamentação, além de uma sessão interativa para discutir questões apresentadas pelos membros da ASCI.

Ainda neste contexto, damos nota do *briefing* publicado esta semana pelo *think-tank* do PE sobre o reforço da indústria de defesa europeia, disponível [aqui](#). Pode ler-se que *“A guerra da Rússia contra a Ucrânia veio pôr a nu os desafios que a indústria europeia da defesa enfrenta ao tentar satisfazer o aumento da procura e incrementar a produção na sequência de um ambiente de segurança fundamentalmente alterado na Europa. A indústria de defesa europeia inclui uma série de grandes empresas multinacionais, empresas de média capitalização e mais de 2 000 pequenas e médias empresas. Enfrenta uma série de desafios, tais como décadas de subinvestimento, fragmentação, insuficiência de matérias-primas essenciais e de semicondutores e falta de capacidade de fabrico.”*

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROPOL⁵

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência húngara do Conselho da UE, teve lugar, no dia 12 de novembro, em Bruxelas, a [15.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol](#), coorganizada pelo Parlamento Europeu (PE) e pelo Parlamento húngaro, e na qual a Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus, composta pelos Deputados Paulo Moniz (PSD), José Luís Carneiro (PS), Nuno Gabriel (CH) e Bernardo Blanco (IL).

Os trabalhos foram codirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do PE, Javier Zarzalejos, e pelos representantes da Presidência húngara, Lajos Kósa, da Comissão da Defesa e da Aplicação da Lei da Assembleia Nacional húngara e Imre Vejkey, da Comissão da Justiça da Assembleia nacional húngara, e contou com uma mensagem vídeo de Ylva Johansson, Comissária Europeia para os Assuntos Internos com a participação de Bence Rétvári, Vice-Ministro, Secretário de Estado Parlamentar do Ministério do Interior.

A reunião centrou-se em temas como as **principais atividades desenvolvidas pela Europol** no período compreendido entre março a novembro de 2024 e do projeto de documento de programação plurianual da Europol 2025-2027, apresentados pela Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, e pelo Presidente do Conselho de Administração da Europol, Peter De Buysscher, pela **análise do último relatório da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD) e do Relatório Anual 2023 do Oficial de Direitos Fundamentais (FRO) da Europol**, tendo havido um painel dedicado à **atualização das atividades da Europol relacionadas com a guerra na Ucrânia**.

⁵ Ponto elaborado por Elodie Rocha, assessor da Comissão de Assuntos Europeus.

A primeira sessão de escrutínio debruçou-se sobre a **necessidade de prevenir ameaças à segurança, como o atentado de Solingen, através do combate à migração ilegal**, tendo sido abordadas, no período de debate, questões como a importância de proteger as fronteiras externas da União Europeia (UE), a instrumentalização de migrantes, o impacto das eleições nos E.U.A. e do conflito no Médio Oriente nos fluxos migratórios para a Europa, os instrumentos de combate ao tráfico de migrantes, a cooperação da UE com os países de origem e de trânsito, a dimensão digital da migração ilegal e as investigações financeiras às redes criminosas. A segunda sessão de escrutínio versou sobre **a luta contra a cibercriminalidade**, em especial os crimes que utilizam a inteligência artificial (IA) e as possibilidades de partilha de conhecimentos envolvendo a CEPOL, tendo sido abordados, no período de debate, temas como as oportunidades e os desafios decorrentes da utilização da IA no combate à criminalidade organizada, nomeadamente no caso de abuso sexual de crianças em linha, a importância da cooperação internacional entre agências e entidades públicas e privadas, o equilíbrio entre o acesso e a partilha de dados e a proteção de dados pessoais e dos direitos fundamentais, as normas sobre cooperação policial previstas no Regulamento da UE sobre IA e as formações promovidas no âmbito da CEPOL para as autoridades nacionais dos Estados-Membros.

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros

A [15 de novembro](#), o Conselho reuniu-se para preparar a segunda reunião do Comité de Conciliação sobre o orçamento, com o objetivo de chegar a acordo com o Parlamento Europeu relativamente ao [orçamento anual da UE para 2025](#). Após a reunião do Comité de Conciliação, o Conselho reatará a sua sessão. Será aprovado um acordo ou, na falta de entendimento com o Parlamento Europeu, o Conselho decidirá sobre as próximas etapas.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões parlamentares do PE](#), bem como dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [26 de novembro](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 18 de novembro: [Conselho de Agricultura e Pescas](#), [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Demografia](#); 19 de novembro: [Conselho dos Assuntos Gerais](#), [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#); 21 de novembro: [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#)

Bruxelas | 15 de novembro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).